

**Estudos do Português do Brasil:  
implicações linguísticas e históricas**

---

**Studies of the Portuguese of Brazil:  
historical and linguistic implications**

**CIBÉLIA RENATA DA SILVA PIRES\***

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

**RESUMO**

Estudos linguísticos realizados nas últimas décadas têm apontado diferenças significativas entre o Português brasileiro e o Português europeu a ponto de se reconhecer a existência de duas gramáticas. Postula-se aqui que a língua, seja na sua modalidade falada, seja na escrita, é um fenômeno heterogêneo, variável e fruto de práticas sociais históricas, refletindo a maneira como a sociedade está organizada. Desse modo, este artigo tem por objetivo demonstrar de que forma os estudos linguísticos no Brasil foram condicionados por fatores sócio-históricos e como seus efeitos ainda podem ser encontrados nas práticas pedagógicas atuais, no tocante ao ensino de língua materna.

**PALAVRAS-CHAVE:** Português brasileiro. História. Fala. Escrita. Ensino.

\*Sobre a autora ver página 205.

### ABSTRACT

*Linguistic studies in the last decades have shown significant differences between Brazilian Portuguese language and European Portuguese language to the point of recognizing the existence of two grammars. It is postulated here that the language, either in its spoken or written form, is a heterogeneous phenomenon, variable, and the result of social and historical practices, reflecting the way society is organized. Thus, this article aims to demonstrate how the linguistic studies in Brazil have been conditioned by the socio-historical, and how its effects can still be found in the current pedagogical practices with regard to the teaching of Brazilian Portuguese.*

**KEYWORDS:** *Brazilian Portuguese. Language. History. Speech. Writing. Teaching.*

## 1 Introdução

As produções linguísticas adquirem um valor específico quando realizadas em contextos socioculturais específicos. Por isso, não há como tratar de língua fora das condições históricas, ou seja, a língua como um fato social se constitui pela prática humana e deve, por isso, ser estudada dentro da dinâmica histórica e social em que foi constituída. Desse modo, quando falamos em Português brasileiro, pensamos na formação da sociedade como um todo, procurando observar que fatores extralinguísticos influenciaram na formação deste idioma, conforme observa Santiago-Almeida (2003, p. 43):

(...) Para o igual real conhecimento da língua de uma comunidade, não basta centrar a pesquisa na história dessa língua considerando apenas seus aspectos internos. É preciso observar a história, os costumes, o habitat, enfim a história social e cultural da comunidade que a usa (...)

Segundo Labov (1976, p. 37), os estudos linguísticos deveriam estar sempre ligados ao seu contexto social, não se admitindo uma ciência da linguagem que não seja social, “pedant des années, je me suis refusé à parler de sociolinguistique, car ce terme implique qu’il pourrait

exister une théorie ou une pratique linguistiques fructueuses qui ne seraient pas sociales (...).”

A Linguística moderna nasceu com o trabalho de Saussure em 1916 e sua concepção de “Língua”. Sua obra constitui o início do Estruturalismo em Linguística. Embora Saussure tenha afirmado que “a língua é uma instituição social”, o livro atém-se à ideia de que “a língua é um sistema que conhece apenas a sua ordem própria”. Desse modo, o Estruturalismo linguístico definiu como objeto de estudo um modelo abstrato de língua com características próprias e funcionamento independente de quaisquer fatores sociais.

O linguista francês Antoine Meillet definia a língua como um fato social. Apesar de ter sido aluno de Saussure, Meillet opõe-se ao mestre principalmente no tocante a uma das dicotomias saussureanas, a que distingue sincronia de diacronia, e à ideia de modelo abstrato da língua, que ignorava o que existia nela de social. Segundo Calvet (2002, p. 15):

(...) a afirmação do caráter social da língua que se verifica em toda a obra de Meillet implica ao mesmo tempo a convergência de uma abordagem interna e de uma abordagem externa dos fatos da língua e de uma abordagem sincrônica e diacrônica desses mesmos fatos. Quando Saussure opõe linguística interna e linguística externa, Meillet as associa; quando Saussure distingue abordagem sincrônica de abordagem diacrônica, Meillet busca explicar a estrutura pela história. Realmente tudo opõe os dois homens tão logo os situamos no terreno da linguística geral. Enquanto Saussure busca elaborar um modelo abstrato de língua, Meillet se vê em conflito entre o fato social e o sistema que tudo contém: para ele não se chega a compreender os fatos da língua sem fazer referência à diacronia, à história.

No que se refere a este artigo, quando falamos de Português do Brasil, estamos levando em consideração todo tipo de processo histórico e político que tenha cooperado para a formação de uma cultura e língua no Brasil, e não apenas os fatos linguísticos em si mesmos. Por este motivo, adotamos a mesma definição de língua proposta por Marcuschi (2004, p. 43):

(...) toda vez que emprego a palavra língua não me refiro a um sistema de regras determinado, abstrato, regular e homogêneo, nem a relações lingüísticas imanentes. Ao contrário, minha concepção de língua pressupõe um fenômeno heterogêneo (com múltiplas formas de manifestação), variável (dinâmico, suscetível a mudanças), histórico e social (fruto de práticas sociais e históricas) (...)

Estudos lingüísticos realizados nas últimas décadas têm apontado diferenças significativas entre a variedade brasileira e a variedade europeia da Língua portuguesa a ponto de se postular a existência de duas gramáticas. Essa distinção entre o Português do Brasil e o Português de Portugal vem se projetando desde o século XVIII e ganha vulto no século XIX quando ocorreu a independência do Brasil em relação a Portugal. O que podemos observar, quando estudamos o Português brasileiro, é que ele sempre esteve condicionado a fatores sócio-históricos durante todo o seu percurso, desde a sua formação até os dias atuais.

O importante é observar que, durante o período pós-independência, as discussões em torno das peculiaridades do Português brasileiro extravasavam os limites do âmbito teórico-descritivo da língua, enquadrando-se em uma discussão política e ideológica, que buscava legitimar o caráter de independência da ex-colônia.

Essa compreensão histórica e socialmente situada do Português do Brasil nos enseja a refletir sobre as questões de ensino-aprendizado da língua materna em nosso país, buscando, por meio de questionamentos a respeito de norma padrão e não padrão, apontar algumas soluções para os problemas apresentados muitas vezes em sala de aula.

## **2 A língua nacional e seus condicionantes sócio-históricos**

A independência política e a formação dos Estados Nacionais na América Latina se fizeram a partir do rompimento do sistema colonial. A emancipação política foi fomentada pela insatisfação da população,

que não encontrava possibilidades de ascensão nas carreiras político-administrativas, mantendo-se alijada dos quadros privilegiados das elites (PRADO, 1986).

Ao contrário do que ocorreu na América Espanhola, o processo de emancipação política no Brasil não envolveu uma fragmentação do poder político nem mesmo lutas e choques militares de grande intensidade. Na verdade, a forma política pouco se transformou com o advento da independência, mantendo-se a mesma estrutura e até o mesmo governante. A elite dominante, temendo o avanço popular, procurou obter a independência quase num processo somente burocrático (POMER, 1995).

As classes dominantes locais tinham diversos interesses em comum, por exemplo, a manutenção da escravidão, o fim do monopólio comercial com a Metrópole, o incentivo à comercialização de produtos primários no exterior e a ascensão aos cargos de privilégio na administração pública (PINTO, 1987). Diante de tantos interesses comuns, a elite brasileira se uniu em torno da defesa de uma unidade nacional.

Nesse período, diferentemente da América Colonial Hispânica, havia um centro único de poder, fazendo com que, mesmo durante o chamado período regencial (1831-1840), os movimentos internos de desagregação não impedissem a imposição de um modelo centralizado de Estado.

Para defender o poder deste Estado centralizado e consolidar uma identidade nacional burguesa, tornou-se importante a defesa de uma língua nacional brasileira, um idioma nacional que, segundo alguns escritores, apresentava características gramaticais e léxicas com diferenças significantes em relação ao Português europeu.

Com fatos políticos marcantes no século XIX, como a Independência do Brasil, a Abolição da escravatura e a Proclamação da República, foram suscitados debates sobre a questão da língua nacional.<sup>1</sup> Acreditava-se que um povo independente deveria ter uma língua própria, e todo o ambiente político e social favorecia a luta por uma língua típica brasileira.

---

<sup>1</sup> Elia (1987, p.102) assim se refere em relação à situação: “Com a independência surgiram pruridos nacionalistas.” (ver Monteiro, 1959).

As diversidades entre os falares do Brasil e os de Portugal têm gerado muita polêmica e diversas opiniões. Idioma Nacional, Português do Brasil, Língua Nacional ou Português brasileiro são os diversos nomes dados ao português falado no Brasil. O fato é que a polêmica sobre a existência ou não de uma língua nacional aparece realmente com o Romantismo.

Podemos dizer que, no início do século XIX, a preocupação com a língua estava firmada em um constante esforço pela independência do país. Com o florescimento do Romantismo, passa a existir a busca de uma expressão linguística brasileira. Assim se expressa Elia (1961, p.140) em relação a esse nacionalismo brasileiro, efeito causado pela recente independência política em relação a Portugal, e seus reflexos na literatura:

A situação que os românticos encontraram era a seguinte: De um lado, os que se apoiavam exclusivamente na linguagem adquirida, aferravam-se com unhas e dentes à tradição lusa, caindo na imitação temporã e no pasticho; de outra, os que só queriam ver a linguagem transmitida – acolhiam com estrépito todas as inovações, particularmente aquelas que mais fundo cavassem o fosso entre as duas linguagens literárias. Mais uma vez, in médio virtus. Ambas as linguagens são legítimas e, em cada época, o estilo literário resultará de uma combinação da linguagem falada com a linguagem escrita, sob a égide naturalmente da tradição literária.

Havia, portanto, uma aparente divisão na elite oitocentista. De um lado, uma elite conservadora, que, tendo adotado o princípio da unidade da língua e o modelo lusitano de padrão escrito, defendia a pureza da língua; do outro, também uma elite letrada, porém pretensamente progressista, que era favorável a um “abrasileiramento” da língua, mas com certa cautela, estabelecendo limites seguros para a inovação do Português culto do Brasil (FARACO, 2008, p. 119).

O clima ideológico da época demonstrava o anseio de inviabilizar qualquer ameaça de rompimento da ordem social já estabelecida. Portanto, tornava-se premente consolidar os limites do aceitável e do inaceitável

em termos de língua culta brasileira. Nesse processo de construção da identidade nacional, Faraco (2008, p. 79) observa uma peculiaridade no discurso da elite brasileira oitocentista mais conservadora:

Por trás da atitude excessivamente conservadora dessa elite letrada, além de uma herança da pesada tradição dos países de línguas latinas, estava seu desejo de viver num país branco e europeu, o que a fazia lamentar o caráter multirracial e mestiço do nosso país (aspirando, de modo explícito até a década de 1930, a um “embranquecimento da raça”); e, no caso da língua, a fazia reagir sistematicamente a tudo aquilo que nos diferenciava do modelo linguístico lusitano por ela escolhido para padronizar a fala e a escrita no Brasil.

Podemos observar que, no seu afã de construir uma nação branca e europeizada, a elite brasileira conservadora do pós- independência buscou a padronização por meio de uma lusitanização progressiva da norma escrita do Português do Brasil. Neste sentido, fazia-se importante romper a dependência política com a antiga Metrópole, desde que fossem mantidas certas semelhanças. Esse desejo de emancipação, aliado ao desejo de ser europeu, levou essa mesma elite a vivenciar uma contradição, cujos reflexos apresentam-se ainda hoje em nossas relações sociais e no ensino de português.

### **3 O Estruturalismo e o saldo positivo para a Linguística brasileira**

Os manuais de História da Linguística apontam o linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) como o pai da Linguística moderna. Antes da publicação póstuma do *Cours de Linguistique Générale* em 1916, a Linguística era uma disciplina fundamentalmente histórica, que servia apenas de apoio a outras disciplinas, como a Filologia, por exemplo, ou como auxiliar no estudo da poesia e da prosa literária.

No Brasil, o Estruturalismo linguístico se projetou superando a resistência de outras tradições de análise e firmando-se como um movimento uniforme e coeso que, por volta de 1970, consolidou-se como

a orientação mais importante nos estudos da linguagem. Neste sentido, podemos dizer que o Estruturalismo permitiu que a Linguística deixasse de ser uma disciplina auxiliar para ganhar o status de disciplina autônoma.

Esta nova orientação teórica trouxe um saldo positivo para a Linguística brasileira, demonstrando que o Português falado e escrito no Brasil, o chamado Português brasileiro, deveria ser tomado como objeto de descrição. Esta nova atitude diante da língua trouxe também um reconhecimento de outras variedades linguísticas do Português brasileiro, que antes era visto como uma língua uniforme e coesa conhecida por língua nacional.

Todas as variedades, padrão e não padrão do Português brasileiro, passaram então a ser consideradas como objeto legítimo de análise, revelando os diferentes aspectos da realidade linguística brasileira.

Embora os estudos estruturalistas privilegiassem a fala em suas pesquisas, nos anos 60 do século XX a questão da oralidade ainda estava envolta em muitos preconceitos. A relação entre fala e escrita não era vista como atividade interativa e complementar no contexto das práticas sociais, antes se apresentava como uma relação dicotômica, em que era atribuído à escrita um papel significativo no uso da língua.

Os estudos linguísticos recentes vêm contribuindo para um melhor conhecimento dos usos da língua, tanto na modalidade escrita, quanto na oral, demonstrando que a língua, por ser uma atividade sociointerativa, cognitiva e histórica, não exige uma adequação rígida a um sistema de regras, mas é possível manejá-la a fim de conseguir um dado efeito em uma determinada situação. Desse modo, dá-se ênfase não ao emprego ideal das formas gramaticais, mas ao uso adequado de uma atividade que produz o discurso.

Diante disso, podemos observar que o Estruturalismo saussuriano, embora considerasse a língua como uma estrutura autônoma, estimulou, com suas pesquisas sobre língua falada, a Linguística de campo e ensinou estudos linguísticos posteriores que possibilitaram a descrição de diversas variedades do Português brasileiro.

Trabalhos como o de Amaral (1920) na área de dialetologia rural e os projetos coletivos de pesquisa que tiveram início nos anos 70 (a

saber, Projeto NURC, PGPF, PHPB, Projeto Filologia Bandeirante e o mais recente PHPP de 2000)<sup>2</sup> visavam a um estudo sobre as origens e mudanças ocorridas nesse Português em uso no Brasil, utilizando para isso a coleta de material oral ou escrito.

#### 4 A formação e diversidade do Português brasileiro

A questão da língua nacional nos países da América Latina surgiu nos meios cultos. No início do século XIX, já estava impresso nas literaturas das jovens nações americanas certo nacionalismo que se revestia do caráter de oposição ao que parecesse peculiar às metrópoles, sob cujo domínio se tinham achado as colônias.

Durante a colonização do Brasil, poucos estabelecimentos de ensino primário e médio foram criados. Aquelas pessoas que queriam dar sequência a uma instrução superior deveriam ir para Coimbra onde estava a universidade do Império e se encontrava a língua dos “doutores e bem falantes”. Em Coimbra, os jovens eram educados a imitar a gramática lusitana e a não aceitar de modo algum qualquer manifestação contrária à norma culta de Portugal.

Somente no século XIX é que foi criado o primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil e, no mesmo período, instalada a imprensa. A língua vista como correta era a língua de Camões, ou seja, todos criam no ideal de língua lusitana e, com isso, aumentava-se o abismo entre a dita norma culta escrita e a língua popular falada. Nas palavras de Nascentes (1939, p.13), “a nossa cultura até aquela data (1822) era toda bebida em fonte portuguesa.”

Lembramos, entretanto, que, no Brasil, a emancipação política, seguida pela exaltação patriótica, gerou em toda parte a noção de nacionalismo, desde o campo literário atingindo mesmo a observação de particularidades do Português do Brasil, em que foram cogitadas

---

<sup>2</sup> Norma Urbana Culta (NURC), Projeto Gramática do Português Falado (PGPF), Para a História do Português Brasileiro (PHPB), Para a História do Português Paulista (PHPP). De acordo com Cohen et al. (1997); Megale (2000), o objetivo do projeto Filologia Bandeirante é documentar e descrever aspectos linguísticos do português na área indicada, propiciando aos estudiosos da língua um *corpus* cientificamente preparado para seu estudo, com a hipótese de que a língua ali documentada apresenta traços do português do tempo dos bandeirantes

as possíveis influências das línguas indígenas e africanas, e as transformações por que teria passado e continuaria a passar a Língua portuguesa no Brasil.

Não há como negar a visível diferença entre o Português do Brasil e o Português da Europa. Desde que aqui chegou, este português transplantado passou por mudanças como aconteceria com qualquer outra língua em uma comunidade de fala<sup>3</sup>.

Este processo de mudança do Português do Brasil tem gerado sérios debates, e, em torno de sua origem, foram levantadas algumas teorias. De acordo com Castilho (2007, p. 13), as recentes pesquisas linguísticas se concentram em três teses: a primeira tese, a da ancianidade do Português do Brasil, aponta o Português brasileiro como uma continuação do português arcaico; a segunda tese, também chamada evolucionista, corresponde à emergência de uma nova gramática do Português brasileiro, em razão das mudanças profundas de sua estrutura e, por fim, a terceira, que é a tese crioulista, demonstra que certas características do Português do Brasil são frutos de influência de falares crioulos e semicrioulos de base africana.

Não faz parte do objetivo deste artigo defender uma ou outra posição, mas apontar que, seja por mudanças estruturais internas do próprio sistema linguístico, seja por influência de línguas africanas, seja por retenção de traços antigos do Português europeu, o Português falado e escrito no Brasil apresenta singularidades que o diferenciam do Português da ex-Metrópole a ponto de alguns pesquisadores o considerarem uma língua diferente daquela falada em Portugal.

## 5 O Português brasileiro: a fala e a escrita em questão

Embora o Português do Brasil apresente diferenças significativas em relação ao Português europeu, a gramática normativa ainda se

<sup>3</sup> Segundo Monteiro (1952, p.113), “no meio americano, aonde fora transplantado pelos conquistadores, desenvolveu-se naturalmente o idioma dos lusos. E, com o correr do tempo, veio a apresentar-se sob vários aspectos, visivelmente modificado, a retratar o espírito da nova sociedade, que aqui se organizava, ao sabor da civilização européia.”

encontra respaldada na tradição portuguesa, aumentando o abismo entre o ensino da língua escrita nas escolas e a manifestação da língua oral. Segundo Faraco (2008, p. 112), o discurso conservador, que difunde a ideia de que o brasileiro não sabe falar o português, funda-se na imagem construída no século XIX, cuja referência é um modelo gramatical artificial e anacrônico, fixado nesse período.

Do ponto de vista cronológico, a fala precede à escrita, mas, partindo de uma postura ideológica que defende “propriedades intrínsecas positivas” na escrita, esta se torna mais prestigiosa que a fala. Apesar da inegável importância da escrita, a oralidade jamais desaparecerá e, como prática social, é inerente ao ser humano, não será jamais substituída por nenhuma outra tecnologia. Como fator de identidade social e regional, o uso da oralidade pode facilmente levar à estigmatização do indivíduo, talvez por ter condições de revelar as diversas variações em que ocorrem os eventuais desvios da norma. Neste sentido, conforme analisa Scherre (2005, p. 116):

(...) a mídia brasileira vem prestando um real desserviço à inteligência e à dignidade humana ao estabelecer identidade entre gramática normativa e a língua ou idioma de um povo; ao reforçar a confusão entre a língua falada e a língua escrita; ao instigar e fortalecer o preconceito linguístico.

Muitas vezes é difícil compreender o papel da Linguística e do professor frente aos desafios do século XXI no tocante ao ensino de língua materna. Percebemos que há um abismo entre o que realmente apontam os estudos linguísticos a respeito do Português brasileiro e o que vem sendo ministrado nas diversas instâncias educativas.

A escola, uma instituição eminentemente social, tem buscado a planificação linguística. Desde o século XIX, com a Escola de Primeiras Letras, o objetivo sempre foi o de manter a nossa língua estática, aproximada do Português europeu. Essa “preservação” do idioma não corresponde à realidade linguística do Brasil, mas a uma ilusão nascida dos nossos hábitos culturais e das nossas relações sociais.

Com o avanço das pesquisas linguísticas, percebemos a necessidade de renovação dos métodos de ensino de língua materna, visando discutir, a partir das contribuições dos estudos linguísticos, as novas bases para o estudo da norma padrão e propondo um estudo equilibrado entre as modalidades oral e escrita da língua.

## **6 Considerações Finais**

Estudar qualquer língua envolve compreensão da realidade, interesses de grupos, de classes, preconceitos e confronto de ideologias. Sendo assim, os estudos linguísticos representam um avanço necessário a que se opõem o atraso imobilizador e o conservadorismo de muitos pesquisadores.

O discurso nacionalista do Brasil no século XIX trouxe implícita a ideia de uma nação homogênea, dotada de uma única vontade e inserida em um único projeto. Negou-se, assim, a existência de interesses divergentes das diferentes classes da formação social, apresentando os objetivos de uma classe como sendo os objetivos de todo o povo brasileiro.

Nesse “Projeto Nacional”, a língua operou de forma significativa, uma vez que a luta pelo reconhecimento de uma língua nacional era traduzida pela luta por uma identidade própria do povo brasileiro. A sociedade, antes atravessada por conflitos e antagonismos, surgia como uma nação homogênea e indivisa com uma língua própria.

No Brasil, com o avanço dos estudos linguísticos, começando pelo Estruturalismo e seguindo por outras pesquisas de campo, houve um intenso processo de descrição e explicação dos fenômenos linguísticos presentes no Português falado no Brasil, abrindo um espaço cada vez maior para que os diversos matizes do Português brasileiro viessem a florescer.

Hoje não podemos estudar o Português brasileiro por uma perspectiva isolada, mas como parte de um contexto histórico mais amplo, como um fenômeno social que responde às necessidades de uma

classe em um determinado momento político e social. Esta postura pode ser corroborada quando pensamos no contexto escolar nos dias atuais.

Embora os estudos linguísticos apontem para a existência de um Português brasileiro composto por um verdadeiro mosaico linguístico, o sistema educacional organizado ainda olha para a língua como algo homogêneo, estável e planejado. Esse modelo de língua “correta”, aqui também chamado norma padrão, continua sendo prescrito nas conhecidas gramáticas normativas, desconsiderando-se o saber linguístico do falante.

O que os alunos têm vivenciado nas escolas é uma dissociação entre a aparente unidade imposta pela gramática tradicional normativa e as diversas variantes linguísticas que formam o Português do Brasil. Como essa gramática normativa decorre de uma visão conservadora e elitista, não é raro que as diferenças na linguagem sejam interpretadas como verdadeiro déficit linguístico, sugerindo uma hierarquização linguística ilegítima, transformando a diversidade em desigualdade.

É necessário assumir uma postura ético-democrática em relação à diversidade linguística. Quando falamos em ética e postura democrática, entendemos que o estudo da língua não é neutro. Como prática educativa de formação humana, este estudo implica opções, decisões, rupturas, estar com, pôr-se contra ou a favor de algo.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. **O dialecto caipira**. São Paulo: O Livro, 1920.
- CALVET, L. J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.
- CASTILHO, A. T. Prefácio. In: NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.
- COHEN, M. A. A. de M.; AGUIAR, M. S.; SANTIAGO-ALMEIDA, M. M.; FERREIRA NETTO, W.; MEGALE, H. **Filologia bandeirante. Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 1, p. 79-94, fev. 1997.

- ELIA, S. **O problema da língua brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1961.
- ELIA, S. **Sociolingüística: uma introdução**. Rio de Janeiro: Padrão/Niterói: UFF, 1987.
- FARACO, C. A. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.
- LABOV, W. **Sociolinguistique**. Paris: Les Éditions De Minuit, 1976.
- MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividade de retextualização**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- MEGALE, H. (Org.). **Filologia bandeirante**. São Paulo: Humanitas, 2000.
- MONTEIRO, C. **Português da Europa e português da América: aspectos da evolução do nosso idioma**. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.
- MONTEIRO, C. **Fundamentos clássicos do português do Brasil**. Rio de Janeiro: Publicação do Colégio Pedro II, 1959, Nº 6.
- NASCENTES, A. **Estudos filológicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.
- PINTO, J. P. **O caudilhismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- POMER, L. **As independências na América Latina**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- PRADO, M. L. **A formação das nações latino-americanas**. 2. ed. Campinas: Educamp, 1986.
- SANTIAGO-ALMEIDA, M. M. Idéias linguísticas: algumas reflexões. **Polifonia**, Cuiabá, v. 6, p. 33-45, 2003.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antonio Chelini; José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2000. Edição original: 1916.

SCHERRE, M. M. P. A norma do imperativo e o imperativo da norma - uma reflexão sociolingüística sobre o conceito de erro. In: SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

*Recebido em fevereiro de 2011.*

*Aceito em maio de 2011.*

## **SOBRE A AUTORA**

**CIBÉLIA RENATA DA SILVA PIRES** é doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo (USP), onde também participa como pesquisadora do “Projeto Caipira”, sob coordenação do Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho. Tem experiência como professora na área de Letras e Comunicação, com ênfase em Língua Portuguesa e Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: produção textual, gramática do Português brasileiro, Filologia e edição de manuscritos do século XIX, Dialetoologia e Linguística Histórica. E-mail: [cibeli.pires@gmail.com](mailto:cibeli.pires@gmail.com)